

---

## Servidores da Justiça de MT paralisam atividades e ameaçam fazer greve

Os servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso paralisam as atividades, nesta quinta-feira (26/5), em protesto a acordos não cumpridos pelo Tribunal de Justiça. Além desta paralisação, uma assembleia deve ser feita na próxima semana para votação de uma greve geral. Entre as principais reivindicações dos servidores estão o cumprimento do Plano de Cargos e Carreiras; a concessão da reposição salarial de 6,46%, referentes às perdas inflacionárias do exercício financeiro de 2010; e o pagamento do passivo da URV. As informações são do site *Mídias News*.

Em relação ao passivo, uma das prioridades da categoria, o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sinjusmat) pede que a presidência do TJ dialogue de forma mais incisiva com o Poder Executivo, para que sejam iniciados os pagamentos. "O Sinjusmat não é dono do cofre do Estado, mas mesmo assim não tenho evitado esforços para sensibilizar o Governo a cumprir o acordo feito na greve passada (além da vontade é preciso uma firme vontade)", afirma um trecho da carta de reivindicações do sindicato.

De acordo com o presidente do Sinjusmat, Rosenwal Rodrigues, tanto o dia de protesto como a possibilidade de greve são as últimas alternativas encontradas pela categoria, que até o momento não conseguiu nenhuma mudança com diálogo. "O diálogo acabou, até agora conversando com o Tribunal nada de concreto ocorreu", informou o sindicalista.

Atualmente, Mato Grosso possui mais de cinco mil funcionários no Judiciário estadual. Conforme Rodrigues, a folha do Poder está estimada em R\$ 42 milhões e a reposição das perdas deve causar um impacto de R\$ 2,7 milhões aos cofres públicos. Segundo o presidente do Sinjusmat, caso a maioria decida pela greve, ela deve ocorrer após o pagamento dos salários de maio, ou seja, depois do dia 30 deste mês.

No ano passado, os servidores ficaram mais de 100 dias de braços cruzados. Em entrevista à revista **Consultor Jurídico**, o então presidente do TJ-MT, José Silvério, afirmou: "As consequências da paralisação são irreparáveis, considerando o desgaste perante a sociedade que paga para ter o serviço e não é atendida". Na ocasião, ele calculou que o atraso no julgamento dos processos deveria passar a ser de quatro a cinco meses em primeira instância por conta da greve.

### Date Created

26/05/2011